



Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Abrantes – Ata nº 12/2020

Data – 07-07-2020

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 11.00 horas

Presenças:

Presidente Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Luís Filipe Correia Dias
Rui Manuel Duarte Batista dos Santos
Armindo Rodrigues Silveira

A Chefe da Divisão Administrativa – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta justificada: não esteve presente a Vereadora, Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires, por se encontrar em gozo de férias.



Resumo Diário da Tesouraria de 06-07-2020:

a) Dotações Orçamentais..... 11.817.189,33€
b) Dotações não Orçamentais..... 50.266,07€

Total das Disponibilidades 11.867.454,40€



O Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Ct
H

PRESIDENTE DA CÂMARA

O Presidente da Câmara deu conta da reunião realizada com elementos do Sindicato dos CTT de Abrantes, que manifestaram o seu descontentamento face a diversas situações, que causam também preocupação à autarquia.

Referiu que está em causa o serviço público, que não está a ser feito com toda a responsabilidade, pelo que na próxima reunião da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo irá abordar de novo o assunto.

Disse também que tem agendada, para o próximo dia 10 de julho, uma reunião com o Diretor Distrital dos CTT para se inteirar melhor de toda a situação.

Tomado conhecimento.



Deu conta que no passado dia 1 de julho, a convite da Sociedade Artística Tramagalense, esteve presente na cerimónia que assinalou os 119 anos da SAT, onde teve a oportunidade de felicitar a referida Associação, muito relevante para o concelho de Abrantes, sobretudo a nível cultural.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conta que, no dia 2 de julho de 2020, foi assinada com a Altice Portugal uma declaração de intenção de concretização da extensão da fibra ótica no concelho de Abrantes e fez referência à instalação de uma antena móvel de última geração em Cabeça Gorda, na União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, permitindo, assim, uma melhor cobertura em toda aquela zona do concelho.

Tomado conhecimento.

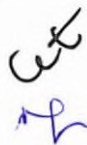


Também no dia 2 de julho, a convite dos empresários António Ferreira e Paulo Santos Costa, estiveram presentes na cerimónia simbólica do lançamento da primeira pedra da nova empresa FC2TEC, na Zona Industrial Norte de Abrantes.

Disse sentirem-se bastante agradados pelo facto de, para além de se manterem os postos de trabalho já existentes, vir a ser criada mais uma dezena de postos de trabalho.

Referiu ser um estímulo para a dinâmica do Parque Industrial de Abrantes e também para a atividade económica do concelho.

Tomado conhecimento.



O Presidente da Câmara disse que, também no passado dia 2 de julho, assinalaram a presença do Município de Abrantes na rede social Instagram, passando assim a haver mais uma forma oficial de comunicação do Município.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento que, no dia 3 de julho, a convite do Rotary Club de Abrantes, esteve presente na cerimónia de transmissão de tarefas, onde teve a oportunidade de felicitar o presidente cessante, José Guilherme Moura Neves e agradecer o trabalho que os rotários têm desenvolvido a bem da comunidade, em particular a parceria entre aquela entidade e a autarquia, relativamente à atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior.

Felicitou também o novo presidente, Joaquim Melo dos Santos, assim como, os novos membros do Interact Club de Abrantes e do Rotaract Club de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conta que esteve presente na inauguração de mais um espaço comercial localizado no Centro Histórico de Abrantes, a loja "Cláudia Texteis Lar", onde teve a oportunidade de felicitar os promotores, Cláudia e Joaquim Anjos e de lhes desejar os maiores sucessos.

Tomado conhecimento.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão deu conta que hoje, dia 7 de julho, 12 alunos do Curso Profissional de Soldadura, estão a apresentar as suas provas de aptidão, na Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, em Abrantes e endereçou votos de felicidades para todos, quer seja no ingresso no mercado de trabalho, quer seja na continuação dos seus estudos.

Destacou também que, no Agrupamento de Escolas Nº 1 de Abrantes, foi apresentado ao Ministério de Educação, um plano de inovação pedagógica, que se encontra disponível no site do Agrupamento.

Trata-se de um plano que se pretende que tenha um sistema aberto de trabalho, aprovado por unanimidade no Conselho Pedagógico, e que tem uma vigência de 4 anos. Será implementado no próximo ano letivo.

Tomado conhecimento.

we
f

VEREADOR ARMINDO SILVEIRA

O Vereador Armindo Silveira começou por dizer que as propostas para "lavar a cara" do edifício do antigo Mercado Diário de Abrantes, como forma de minimizar o impacto visual negativo e evitar a constante degradação do referido edifício, não foram acolhidas pelo executivo e um dos argumentos foi que, rapidamente se iria avançar para a requalificação do mesmo.

Face ao exposto, solicitou ao executivo que esclareça os pormenores do projeto que irá propor para aquele imóvel e espaço envolvente e qual a data prevista para o início da intervenção.

☐☐

Em seguida, perguntou se já foram concluídas as escavações da Ermida de Santo Amaro, em Abrantes e quais os resultados das mesmas.

☐☐

Questionou se o imóvel situado nas traseiras da Igreja de S. João, em Abrantes, já está novamente na posse do Município de Abrantes.

Se sim, reforça novamente a proposta de demolição daquele imóvel, como forma de dar outra dignidade à referida Igreja, bem como ao espaço envolvente, até porque, a sua degradação continua a colocar em causa a saúde pública e a segurança dos cidadãos.

☐☐

Referiu que o despacho 6573-AA/2020 de 23 de junho, emitido pelo Governo, inclui uma lista de equipamentos escolares, onde se irá proceder à remoção do amianto com um financiamento a 100% pelos fundos europeus, através dos Programas Operacionais Regionais, mas a Escola Secundária Octávio Duarte Ferreira, não consta dessa lista.

Neste sentido, perguntou a razão pela qual a mesma não estar incluída nessa lista e quem vai financiar a remoção do amianto da referida escola.

☐☐

Por último, disse que, sendo o PDM Plano Diretor Municipal, um instrumento fundamental e orientador no ordenamento do território municipal, é relevante que o executivo informe os restantes elementos do órgão executivo, quais as grandes opções políticas ao nível da ocupação do solo por espécies arbóreas e apresentou as seguintes questões:

-Monocultura de eucalipto-vai o executivo plasmar no PDM a redução dessas áreas contíguas?

-Solo classificado como "montado" - paulatinamente, por força da redução da densidade do sobreiro e azinheira, as áreas classificadas como "montado" foram sendo arborizadas com eucalipto.

Vai o executivo através do PDM promover o aumento da densidade com sobreiro e azinheira nos solos classificados como "montado"?

-Espécies Invasoras – vai ser plasmado no PDM o combate que vise a erradicação das espécies invasoras?

-Na EM 556 entre Arreciadas e S. Facundo existe uma forte mancha ocupada pela espécie invasora acácia. Tendo em conta que recentemente foi cortado a mata de eucaliptos, julga ser uma ocasião excelente, para se proceder a uma intervenção para minimizar a proliferação desta espécie invasora, que já se propagou para propriedades vizinhas. Assim sendo, perguntou ao Presidente da Câmara se tem conhecimento desta situação e se vai diligenciar no sentido de ser feita uma intervenção nesta área.



VEREADOR RUI SANTOS

O Vereador Rui Santos começou por fazer referência a um pedido de levantamento florestal no concelho de Abrantes, solicitado há mais de um ano e do qual ainda não obteve resposta e voltou a reforçar o solicitado.



Questionou sobre o ponto de situação da pandemia Covid-19 no concelho de Abrantes e perguntou também se o Hospital de Abrantes se mantém como hospital de primeira linha e se isso poderá colocar em causa a saúde dos nossos munícipes, bem como dos profissionais que ali trabalham.



Em seguida, questionou sobre o ponto de situação da Carta Educativa do Concelho de Abrantes e lançou o desafio no sentido de realizar uma reunião com a Vereadora Celeste Simão e o Presidente da Câmara, para discussão de alguns assuntos que se encontram plasmados na referida carta, antes da mesma ser presente a reunião de câmara.



Questionou também, sobre o ponto de situação do processo de aquisição do Cineteatro S. Pedro, em Abrantes.

Cet
7

O Vereador Rui Santos fez alusão a uma paragem de autocarro perto da localidade de Arrifana, referindo que a mesma não tem qualquer resguardo e recordou que faltam cerca de dois meses para o arranque do novo ano letivo e que a mesma não reúne condições para albergar os alunos em caso de necessidade. Referiu que a estrada também se encontra completamente degradada.



Questionou também sobre a existência de uma série de buracos nas traseiras do edifício da PSP em Abrantes.

Disse que, bem sabe que se trata de um espaço privado, mas que antigamente o mesmo estava vedado e que agora está aberto. Alertou que existe uma quantidade de tampas que foram retiradas, o que considera ser um perigo público.



Por fim, apresentou a seguinte declaração, relacionada com factos ocorridos na antiga escola primária de Arrifana:

"Sr Presidente e Srs. Vereadores, a presente declaração refere a minha total surpresa e decepção com a passividade revelada por este executivo camarário, perante a minha denúncia dos factos ocorridos nas instalações da antiga escola primária da Arrifana, que contrariam as indicações da DGS – Direção Geral da Saúde, potenciando o risco de saúde pública face ao ajuntamento de pessoas que ultrapassou longamente o número máximo permitido por lei.

Sendo nós responsáveis pelo zelo da segurança na implementação das medidas que, em conjunto com as autoridades de saúde protejam os nossos munícipes, não posso deixar de lamentar e protestar a forma como esta câmara ignorou, quer a minha denúncia, quer a preocupação revelada pela população vizinha ao local onde a festa se realizou, acrescente-se, num espaço propriedade do município, e que colocou em risco a saúde pública.

Tantos slogans, tanta campanha, tantos alertas, tantos agradecimentos, tantas até manifestações sugestivas de efeito eleitoral, para obtenção de uma boa imagem junto da comunicação e dos eleitores, quando confrontados com uma situação concreta de risco, o resultado foi um nada.

Tal, significa apenas que se pretende transmitir aos munícipes uma sensação de segurança e controlo da situação pandémica no nosso concelho, o que na realidade não existe, é ilusório, pois na hora da verdade onde estava o controlo, a segurança e a tão propalado alerta proativo, em resumo mais um grande nada.

Ficou-nos muito mal não dar à situação a importância devida, não tendo tomado as medidas imediatas que se impunham."

Após a leitura da referida declaração, o Vereador Rui Santos acrescentou ainda, que não se revê nas palavras do Presidente da União de Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul

Cet
rh

do Tejo e considerou que também as forças e segurança não estiveram ao nível do que era esperado.



O Presidente da Câmara começou por responder à declaração do Vereador Rui Santos, referindo que o mesmo adotou uma postura acutilante, sugerindo que a mesma poderá ser das câmaras de filmar e considerou que o Vereador está a acusar o executivo de algo que não tem culpa. Teceu diversas considerações à declaração apresentada e deu conta dos procedimentos que tomou de imediato, assim que teve conhecimento do que se estava a passar naquele edifício. Disse ainda que solicitou esclarecimentos ao Presidente da União e Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, que o informou que se tratava de uma festa familiar e restrita a determinado número de pessoas e que a GNR estava a acompanhar a situação. Considera ser legítimo que o Vereador coloque os seus assuntos e manifeste as suas preocupações, mas não acha correto que faça acusações ao executivo, quando este não tem responsabilidades em determinadas situações.

No que se refere aos buracos nas traseiras da PSP, referiu que desconhece a situação e que não se consegue estar em todo o lado ao mesmo tempo e referiu que os Vereadores sempre que tenham conhecimento de situações que não estejam bem, devem reportar essas informações.

Quanto à questão da paragem do autocarro em Arrifana e da estrada danificada, o Presidente da Câmara referiu que o assunto será tratado.

Sobre a Carta Educativa, concordou com a pretensão do Vereador Rui Santos em participar numa reunião preparatória sobre a mesma e convidou o Vereador Armindo Silveira a também estar presente nessa reunião para igualmente dar os seus contributos.

Em relação ao Cineteatro São Pedro, em Abrantes, o Presidente da Câmara disse não existir nenhum problema e explicou que foi feito um pedido ao Tribunal de Contas para a aquisição daquele edifício, no âmbito de um contrato de promessa de compra e venda. Mas que, entretanto, as Iniciativas de Abrantes, entenderam que em vez de ser feito um contrato promessa compra e venda, que poderia fazer-se desde já um contrato de compra e é isso que está a ser a estruturado.

Neste sentido, a autarquia irá fazer novo pedido ao Tribunal de Contas para alterar o tipo de contrato sendo que, o modelo de pagamento e os valores continuam iguais e adiantou que com esta alteração, a Câmara Municipal não terá que esperar pelos seis anos acordados, ficando assim, imediatamente proprietária do imóvel. Assumiu ainda que a reabilitação do Cineteatro S. Pedro está acima do milhão de euros.

Relativamente ao antigo Mercado Municipal, o Presidente da Câmara, assumiu que a autarquia quer mudar o rosto do edifício, mas que há, para já, outras obras que são mais prioritárias, nomeadamente, o Cineteatro, o MIAA e o MAC e que o executivo não consegue fazer tudo ao mesmo tempo.

Cd
+p

Referiu que da análise técnica que foi feita, não existe uma situação de perigo eminente de derrocada daquele edifício e explicou que a ideia é mudar o rosto do antigo mercado diário, com outra linguagem. Não é estar-lhe a mexer, mas é mudar o rosto de outra forma, pois existem técnicas para que isso aconteça

Disse ainda que o executivo nos próximos tempos quer definir a estratégia que pretende montar para o antigo mercado diário e recordou que têm um programa que será analisado a seu tempo.

O Presidente da Câmara teceu igualmente comentários na sequência da pergunta do Vereador Rui Santos acerca do ponto de situação da pandemia do Covid-19 e sobre o facto do Hospital de Abrantes se manter como hospital de primeira linha, disse que não poderia ser de outra forma. O Hospital de Abrantes, sendo um hospital de referência, o posicionamento do mesmo ganha importância para a região e para o País. É importante para fortalecer o Centro Hospitalar do Médio Tejo, nesta ligação entre os hospitais de Torres Novas e Tomar/Ourém.

Embora suscite algumas preocupações, porque naturalmente corre-se alguns riscos, mas a solidariedade entre regiões, implica dar respostas e receber doentes de outras partes do país.

Disse que o tratamento dos doentes com Covid-19, é feito em grande segurança, porque o trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde tem sido extraordinário e como tal, não existe motivo para ter receios.

Informou que amanhã, dia 8 de julho, vão ser testados à Covid -19, mais 120 trabalhadores do Município.

Deu também conta da situação que se passou com a Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, à qual foi dada uma resposta rápida mediante a realização de testes a todos os utentes e funcionários daquela instituição e que felizmente deram todos negativos.

Referiu que acompanha atentamente e com grande preocupação, toda a situação relacionada com a pandemia, que fala diariamente com a Dra. Maria dos Anjos Esperança, Delegada de Saúde do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, assim como, com o Diretor do Centro Hospitalar do Médio Tejo, Dr. Carlos Andrade. Segue em conjunto com a Vereadora Celeste Simão, todas as ações relacionadas com estas matérias.

Acrescentou ainda que, o facto da situação pandémica se manter ainda muito ativa na nossa região, impediu o regresso da maternidade e da ortopedia ao Hospital de Abrantes, por se tratar de hospital de referência Covid-19.

O Vereador Armindo Silveira também manifestou as suas preocupações face à pandemia do Covid-19 e disse temer que possa vir a haver medidas mais duras e voltar atrás para o confinamento, em prejuízo da economia do País.

O Vereador Luís Dias referiu ser importante falar igualmente sobre os casos positivos, nomeadamente entre o tecido associativo do concelho.

Sobre a Escola do Tramagal, o Presidente da Câmara explicou que antes de ter surgido esta linha de financiamento relativa à remoção do amianto, a autarquia já tinha avançado com uma candidatura para requalificação da Escola Otávio Duarte Ferreira, ou seja, não foi só por causa do amianto que a Câmara Municipal decidiu reabilitar aquela escola, mas sim por se tratar de

at
sf

um espaço que já apresentava muitas fragilidades e daí ser necessário proceder a um conjunto de intervenções que se consideram ser urgentes.

Elogiou o Parque Escolar do Concelho de Abantes, que considera ser de excelente qualidade e deu como exemplo, as Escolas Dr. Manuel Fernandes, Dr. Solano de Abreu, D. Miguel de Almeida e os parques escolares do 1º ciclo.



Em relação à Ermida de Santo António, o Vereador João Gomes, informou que o projeto, as escavações e tudo o que foi exigido ao promotor do local, foi feito pela DGPC - Direção-Geral do Património Cultural.

Referiu que após uma análise feita pela DGPC, as escavações foram terminadas, foi feito o levantamento e aquela entidade apresentou ao promotor, uma estratégia de salvaguarda dos bens que ali foram descobertos.

Sabe que o promotor assumiu que iria fazer essa intervenção, porque tem ali um projeto pendente que confina com a Ermida que é a construção de duas moradias e que o mesmo assumiu que iria respeitar todas as normas da DGPC.

Acrescentou que a Câmara Municipal irá aguardar e acompanhar o processo de desenvolvimento e está convicto de que tudo será feito conforme as normas e os critérios que foram abordados para o local.

Relativamente ao PDM - Plano Diretor Municipal, o Vereador João Gomes prestou os devidos esclarecimentos, nomeadamente, que o parecer já foi levado a todas as entidades e que o processo está a caminhar no bom sentido, cuja meta é até final do ano de 2020, conseguir levar a discussão pública.

Em relação à questão das espécies invasoras teceu os devidos comentários, manifestando a sua preocupação relativamente a esta matéria e deu conta de uma candidatura que se encontra a decorrer para regular esse tipo de espécie.

Quanto ao pedido de informação da área florestal solicitada pelo Vereador Rui Santos e às perguntas do Vereador Armindo Silveira, o Presidente da Câmara informou que irá solicitar ao respetivo serviço, para que elabore uma informação conjunta sobre esta matéria e solicitou ao Vereador Armindo Silveira que colocasse por escrito as questões que apresentou.



APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – INTERVENÇÕES

(artigo 57º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior.



Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



ORDEM DO DIA

Conforme consta de documento que se anexa à presente ata
(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

1. Gabinete de Apoio à Presidência

GAP - Nº 01 – Para conhecimento, o Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 35 da Assembleia Municipal, de 23 de junho de 2020, que remete as seguintes deliberações aprovadas em minuta e os respetivos processos relativos à ordem de trabalhos da sessão ordinária daquele órgão que decorreu no passado dia 19 de junho: - PG

- Prestação de Contas 2019 – Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados de Abrantes;
- Prestação de Contas Consolidadas;
- 1ª Revisão Orçamental aos documentos previsionais de 2020/2023, dos Serviços Municipalizados de Abrantes;
- Alteração ao mapa de pessoal;
- Autorização do pagamento de despesas de representação ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, no montante de 194,80€ (cento e noventa e quatro euros e oitenta centimos);
- Revogação da deliberação sobre a autorização da adesão da Câmara Municipal de Abrantes à Confraria Ibérica do Tejo;
- Apoio à Junta de Freguesia de Mouriscas, no âmbito da realização da "28ª Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia", no montante de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros);
- Adiantamento de verbas relativas aos Contratos Interadministrativos, nomeadamente às 2ª 3ª tranches da Manutenção da Rede Viária e 2ª tranche da Manutenção de Espaços Verdes;
- Autorização de transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito de contratos interadministrativos;

- Autorização de compromisso plurianual no montante de 290.000,00€ (duzentos e noventa mil euros), para pagamento de vinhetas dos alunos dos 2º e 3º ciclos que irão frequentar o ensino no ano letivo 2020/2021, a efetuar à Rodoviária do Tejo;
- Autorização da assunção de compromisso plurianual no valor de 327.149,31€ (trezentos e vinte e sete mil cento e quarenta e nove euros e trinta e um cêntimos), para "Aquisição de Licenças/Software Microsoft";
- Autorização da assunção de compromisso plurianual no valor de 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros), relativo à aquisição de energia elétrica para a Escola Básica e Secundária Dr. Solano de Abreu, Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes, Escola Básica D. Miguel de Almeida e Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira – Abrantes;
- Proposta de Recomendação - " Por uma Assembleia Municipal de Abrantes mais interventiva, colaborante e participativa no superar da crise." – PSD;
- Proposta de Recomendação - "É essencial apoiar as artes, a cultura e os pequenos produtores agrícolas neste período de progressivo desconfinamento." - PSD.

Cel
rf

Tomado conhecimento.



2. Divisão Financeira

DF - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 08 de junho de 2020, remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 09 de junho de 2020, que aprovou adjudicação à firma "JUSTACOLINA- SERVIÇOS DE SILVICUTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL LDA.", pelo montante de 9.040,00€+IVA; - Lote 2 - Construção Norte - 36,30ha - Adjudicação à firma "Vedap - Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.", pelo montante de 29.493,75€+IVA; - Lote 3 - Construção Norte - 46,80ha - adjudicação à firma "Vedap - Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.", pelo montante de 49.725,00€+IVA; - Lote 4 - Manutenção Sul - 59,90ha - adjudicação à firma "Florestas Verdejantes, Lda.", pelo montante de 23.960,00€+IVA; - Lote 5 - Construção Sul - 40,00ha - adjudicação à firma "Vedap - Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.", pelo montante de 32.500,00€+IVA., no âmbito do procedimento para "Construção e manutenção da Rede Secundária de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Faixa de Gestão de Combustível confinante com a rede viária municipal". Aprovou igualmente as respetivas minutas de contrato, a celebrar entre o Município de Abrantes e as referidas empresas. – PG 527883

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a

Wb
dh

ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 09 de junho de 2020, que aprovou a referida adjudicação, bem como, as respetivas minutas de contrato, nos termos e com os fundamentos do relatório final do Júri do Procedimento, datado de 04 de junho de 2020 e da informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 08 de junho de 2020.



DF - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, que no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de junho de 2020, remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho com a mesma data, que aceitou os documentos de habilitação por parte de 2 adjudicatários do procedimento "Construção e manutenção da Rede Secundária de Defesa da Floresta Contra Incêndios", nos seguintes termos: - nos dias 15 e 23 de junho de 2020, "Vedap - Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A."; - no dia 17 de junho de 2020, "JUSTACOLINA- SERVIÇOS DE SILVICUTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL LDA.", bem como, autorizou a notificação e disponibilização dos mesmos na plataforma de contratação eletrónica. – PG 527883

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação do Presidente da Câmara, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de junho de 2020.



DF - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, que no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 30 de junho de 2020, referente à reclamação da minuta do contrato apresentada pelo adjudicatário do Lote 4, "Florestas Verdejantes, Lda.", remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho com a mesma data, que indeferiu o pedido de ajustamento à minuta de contrato, relativamente ao prazo de execução dos trabalhos e aceitação das restantes propostas de ajustamentos, as quais já foram introduzidas na respetiva minuta, bem como, aceitou os documentos de habilitação e autorizou a notificação e disponibilização dos mesmos na plataforma de contratação eletrónica. – PG 527883

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a



ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação do Presidente da Câmara, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 30 de junho de 2020.



DF - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 28 de junho de 2020, que no seguimento do pedido da equipa técnica de acompanhamento do FINABRANTES, remete para aprovação, o montante de 500,00€ (quinhentos euros), a transferir para a "Bempfutclub - Bemposta Futebol Clube", uma vez que o clube participou na fase final do distrital do "INATEL", com a equipa de futebol de onze em seniores. - PG 497795

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência do montante de 500,00 (quinhentos euros), para a "Bempfutclub - Bemposta Futebol Clube", nos termos e com os fundamentos constantes da informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 28 de junho de 2020.



3. Divisão do Conhecimento

DC - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão do Conhecimento, datada de 26 de junho de 2020, remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de junho de 2020, que aprovou a prestação oficiosa aos esclarecimentos solicitados pelo concorrente "Eurest Portugal Lda, na sequência da Consulta Prévia -CPGAQ/54/2020 relativa ao fornecimento de refeições para as escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário do concelho de Abrantes, para o ano letivo 2020/2021. - PG 555599

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara, essa competência, em substituição do Presidente da Câmara, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, datado de 29 de junho de 2020, nos termos e com os fundamentos da informação da Chefe da Divisão do Conhecimento, datada de 26 de junho de 2020.

4. Divisão do Desenvolvimento Social



DDS – Nº 01 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, que remete para aprovação, proposta de cessação do protocolo relativo ao Projeto Bairro convida, que mereceu a concordância de todos os parceiros do referido projeto. – PG 282209

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

À Divisão de Desenvolvimento Social para os devidos efeitos.

O Presidente da Câmara explicou que se trata de um processo que chega ao fim por haver necessidade de repensar algumas estratégias e também porque o processo de arrendamento daqueles espaços não serem do interesse da autarquia.

A Vereadora Celeste Simão prestou alguns esclarecimentos acerca deste assunto. Disse que foram cumpridos os objetivos propostos para este projeto e que no seguimento de reuniões de monitorização do projeto realizadas com os diversos parceiros envolvidos, chegou-se à conclusão que o mesmo tem de ser reformulado e ter uma abrangência, para eventualmente alargar o projeto para outros locais. Com o término do projeto cessa também o protocolo. Acrescentou que o apoio ao estudo naquele bairro continuará e que a ideia é pensar em novas ações e verificar o que ainda falta fazer.

O Vereador Armindo Silveira referiu que na informação fornecida é referido que o Projeto Bairro Convida atingiu os objetivos e que a “semente” foi lançada, mas falta informação a sustentar estas afirmações.

Disse que entendem que é necessário fundamentar as afirmações com dados qualitativos e quantitativos e um relatório final que “lerá” esses dados e apresente conclusões. Sem esta informação, a sensação de quem está de fora é que no bairro de Vale de Rãs nada mudou. Até porque é também referido o constrangimento para o projeto, o facto de o novo proprietário ter solicitado em dezembro de 2019 a desocupação do espaço.

Por isso, não sabem o que correu bem e o que correu menos bem e nem sequer se existe a intenção de continuar o projeto e qual o local. O BE defende que estes projetos de intervenção social têm que estar dentro do bairro a exemplo de muitos bairros em Portugal.

Por último, disse que a cidade de Abrantes ficou sem sala de cinema e questionou como se vai resolver esta situação.

A Vereadora Celeste Simão disse ainda que o relatório final está em fase de elaboração, porque as pessoas ainda estão a apresentar o fecho de contas, assegurando que o mesmo será presente em próxima reunião para conhecimento.

O Presidente da Câmara explicou que Abrantes não fica sem sala de cinema. Referiu que havia um contrato de arrendamento, mas que a entidade bancária propôs a compra, com um preço muito fora do enquadramento. Quanto à sala de cinema, disse que a autarquia continua em

negociação com a entidade bancária para encontrar uma solução, mas que existem outras possibilidades para salas de cinemas com custos menores.



5. Divisão de Obras Públicas

DOP - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão de Obras Públicas, datada de 25 de junho de 2020, remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho com a mesma data, que aprovou a não aceitação dos erros e omissões apresentados pelos interessados, em conformidade com o documento “Av. D. João I - Análise Resposta Projetista” elaborado pela equipa projetista, que faz parte integrante da Ata do Júri do procedimento. Aprovou igualmente, as peças escritas do procedimento que foram alteradas em resultado da análise efetuada pela equipa projetista aos esclarecimentos e às listas de erros e omissões apresentados pelos interessados no procedimento, que também fazem parte integrante da referida Ata, designadamente, a) Mapa de medições; b) Mapa de quantidade de trabalhos; c) Mapa de orçamento; d) Mapa de garantias; e) Memória descritiva alterada “I-APR-MD_EO”. – PG 552005

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara, essa competência, em substituição do Presidente da Câmara, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, datado de 25 de junho de 2020, nos termos e com os fundamentos da informação da Chefe da Divisão de Obras Públicas, com a mesma data.



6. Divisão do Urbanismo

DU – Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Urbanismo, datada de 26 de junho de 2020, propondo que a Câmara Municipal determine desde já aplicar as orientações da Recomendação nº 1/2019 da Comissão Nacional do Território que foi difundida pela Circular nº 60/2019 da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no que compete à análise e ao controlo prévio de operações urbanísticas e, bem assim, à atividade da fiscalização municipal. Porque, por enquanto, o Regulamento (municipal) da Urbanização e Edificação nada dispõe sobre a matéria, mas estando o mesmo em sede de revisão, cuidará a Divisão do Urbanismo de relevar a mesma numa próxima redação. – PG 501403

Handwritten signature and initials in blue ink.

Deliberação: Por unanimidade, determinar desde já aplicar as orientações da Recomendação nº 1/2019 da Comissão Nacional do Território que foi difundida pela Circular nº 60/2019 da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no que compete à análise e ao controlo prévio de operações urbanísticas e, bem assim, à atividade da fiscalização municipal, de acordo com a referida informação do Chefe da Divisão de Urbanismo, datada de 26 de junho de 2020.

À Divisão de Urbanismo para os devidos efeitos.

O Presidente da Câmara disse que com esta recomendação, procura-se que haja uma uniformidade acerca desta matéria.

O Vereador João Gomes explicou que basicamente as orientações referidas nesta recomendação, já eram tidas em conta pela Câmara Municipal de Abrantes. Trata-se essencialmente de questões com ligação ao solo e quando se fala de estruturas amovíveis que têm uma base consolidada de betão, que têm um ponto de água ou uma ligação de eletricidade, essa estrutura deixa de ser amovível, porque é assumidamente consagrada naquele sítio.

Referiu que vão aplicar essas recomendações, para que haja uma conformidade entre todos os Municípios.

O Vereador Armindo Silveira disse que esta recomendação visa harmonizar uma conduta idêntica, mas como não é de cumprimento obrigatório pode levar a condutas diferentes e a uma concorrência desleal entre municípios numa altura em que, aparentemente, muitas pessoas da cidade querem vir para o campo.

Entendem que no âmbito da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo (CIMT), deveria tentar alcançar-se um acordo entre os municípios para que não haja discrepâncias na aplicação desta recomendação, pelo menos ao nível do Médio Tejo, pelo que seria fundamental que o Senhor Presidente da Câmara pudesse levar o assunto à reunião da CIMT.

Por outro lado, tendo em conta o uso do solo, é claro que uma estrutura amovível não pode ser ligada a infraestruturas e a elementos de suporte e ligação ao solo mas a parte do texto onde se lê "*ainda que não fixas e menos perenes*" abre um campo de dúvidas sobre o que se pode ou não instalar ao nível das estruturas amovíveis.

Como forma de esclarecer os munícipes, solicito que esta recomendação ou a informação que se julgue adequada seja divulgada ao público nos locais adequados.

O Presidente da Câmara disse que cada Município fazia a sua interpretação relativamente a este assunto e esta recomendação embora não seja obrigatória, mais tarde a mesma passará para outra fase. O que agora vem criar, é o sentido de uniformidade. Referiu que já abordou a questão na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, porque sendo uma recomendação, poderá haver municípios que não terão a mesma interpretação.

Cub
7

DU - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão do Urbanismo, datada de 26 de junho de 2020, acerca de vistoria solicitada por Ana Margarida Veiga Gomes, para determinação do estado de conservação de um imóvel sito na Rua D. João IV, n.º 10, em Abrantes, que decorreu no passado dia 25 de maio de 2012, com recurso à "Ficha de Avaliação do Nível de Conservação de Edifícios" do Novo Regime do Arrendamento Urbano, publicado pela Portaria 1192-B/2006, de 3 de novembro, e seguindo-se as instruções de aplicação do "Método de Avaliação do Estado de Conservação de Imóveis" (MAEC). – PG 542491

Deliberação: Por unanimidade, em face das conclusões apuradas, determinar o nível "Médio" de conservação, devendo dar-se conhecimento desse nível e, bem assim, do teor da ficha que o originou, à interessada, de modo a que a mesma possa (querendo) reclamar do coeficiente de conservação, nos termos do nº 1 do artigo 15º da referida Portaria, no prazo máximo de oito dias.

Dar conhecimento desta decisão à Divisão de Desenvolvimento Económico.

À Divisão do Urbanismo para proceder em conformidade.



DU – Nº 03 - Em anexo, relação de processos da Divisão do Urbanismo, despachados pelo Vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pelo Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.



7. Divisão do Desenvolvimento Económico

DDE - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, na sequência de informação do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, datada de 19 de junho de 2020, acerca da candidatura apresentada no âmbito do Regulamento e Apoio à Criação de Emprego Qualificado, pela empresa Singlecode - Innovation, Lda., relativamente à trabalhadora Ana Ferreira, propondo a sua aprovação, tendo em conta que a candidatura preenche todos os requisitos do referido regulamento.

Assim sendo, o apoio a conceder pelo Município de Abrantes traduz-se na atribuição de uma comparticipação financeira ao salário base mensal suportado pela entidade beneficiária que assumirá a proporção máxima de 35% do salário base mensal do trabalhador contratado durante o primeiro ano de vigência do contrato, até ao limite mensal de 500 euros por posto de trabalho apoiado, valores que passam para metade, no segundo ano de vigência do mesmo. O contrato a assinar entre a empresa e o trabalhador será um contrato por 12 meses renovável e visto a

remuneração mensal ilíquida ser de 675,00 € o apoio a conceder pelo Município é de 6.307,50 € dividido por 3 anos económicos. – PG 523525

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio à contratação de emprego qualificado, no âmbito da candidatura apresentada pela empresa Singlecode - Innovation, Lda, no valor de 6.307,50€ (seis mil trezentos e sete euros e cinquenta cêntimos), repartido por 3 anos económicos, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa a redigiu e também a assina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA



CS

Câmara Municipal de Abrantes

Reunião ordinária de 07 de julho de 2020

Divulgação da ordem do dia

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, torna público que, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu a seguinte ordem do dia para a reunião ordinária da Câmara Municipal de Abrantes, que se realizará no dia 07 de julho de 2020, com início às 09:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, em Abrantes:

- I. Intervenções dos membros do executivo antes da ordem do dia
- II. Aprovação da ata da reunião anterior
- III. **Ordem do dia**

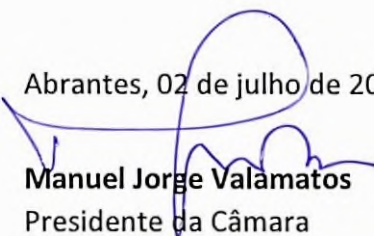
- Ofício da Assembleia Municipal, de 23 de junho de 2020, que remete as deliberações aprovadas em minuta e os respetivos processos relativos à ordem de trabalhos da sessão ordinária daquele órgão, que decorreu no passado dia 19 de junho – para conhecimento.
- Despacho do Presidente da Câmara, que aprovou adjudicação à firma "JUSTACOLINA-SERVIÇOS DE SILVICUTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL LDA.", pelo montante de 9.040,00€+IVA; - Lote 2 - Construção Norte - 36,30ha - Adjudicação à firma "Vedap - Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.", pelo montante de 29.493,75€+IVA; - Lote 3 - Construção Norte - 46,80ha - adjudicação à firma "Vedap - Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.", pelo montante de 49.725,00€+IVA; - Lote 4 - Manutenção Sul - 59,90ha - adjudicação à firma "Florestas Verdejantes, Lda.", pelo montante de 23.960,00€+IVA; - Lote 5 - Construção Sul - 40,00ha - adjudicação à firma "Vedap - Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.", pelo montante de 32.500,00€+IVA., no âmbito do procedimento para "Construção e manutenção da Rede Secundária de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Faixa de Gestão de Combustível confinante com a rede viária municipal". Aprovou igualmente as respetivas minutas de contrato – para ratificação.

22

- Despacho do Presidente da Câmara, que aceitou os documentos de habilitação por parte de 2 adjudicatários do procedimento "Construção e manutenção da Rede Secundária de Defesa da floresta Contra Incêndios", bem como, autorizou a notificação e disponibilização dos mesmos na plataforma de contratação eletrónica – para ratificação.
- Despacho do Presidente da Câmara, que indeferiu o pedido de ajustamento à minuta de contrato apresentado pelo adjudicatário do Lote 4, "Florestas Verdejantes, Lda.", relativamente ao prazo de execução dos trabalhos e aceitação das restantes propostas de ajustamentos, bem como, aceitou os documentos de habilitação e autorizou a notificação e disponibilização dos mesmos na plataforma de contratação eletrónica – para ratificação.
- Transferência do montante de 500,00 (quinhentos euros), para a "Bempfutclub - Bemposta Futebol Clube", no âmbito da participação do clube na fase final do distrital do "INATEL", com a equipa de futebol de onze em seniores – para aprovação.
- Despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que aprovou a prestação oficiosa aos esclarecimentos solicitados pelo concorrente "Eurest Portugal Lda, na sequência da Consulta Prévia -CPGAQ/54/2020 relativa ao fornecimento de refeições para as escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário do concelho de Abrantes, para o ano letivo 2020/2021 – para ratificação.
- Proposta de cessação do protocolo relativo ao Projeto Bairro conviva – para aprovação.
- Despacho do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que aprovou a não aceitação dos erros e omissões apresentados pelos interessados, em conformidade com o documento "Av. D. João I - Análise Resposta Projetista". Aprovou igualmente, as peças escritas do procedimento que foram alteradas em resultado da análise efetuada pela equipa projetista aos esclarecimentos e às listas de erros e omissões apresentados pelos interessados no procedimento – para ratificação.
- Proposta para determinação da aplicação das orientações da Recomendação nº 1/2019 da Comissão Nacional do Território que foi difundida pela Circular nº 60/2019 da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no que compete à análise e ao controlo prévio de operações urbanísticas e, bem assim, à atividade da fiscalização municipal – para aprovação.
- Vistoria para determinação do estado de conservação de um imóvel sito na Rua D. João IV, n.º 10, em Abrantes – para aprovação.

- Relação de processos da Divisão do Urbanismo, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pelo Presidente da Câmara – para conhecimento.
- Candidatura apresentada no âmbito do Regulamento e Apoio à Criação de Emprego Qualificado, pela empresa Singlecode - Innovation, Lda. – para aprovação.

Abrantes, 02 de julho de 2020



Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara

34

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 07.07.2020

Processo		Requerente		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome		Tipo	Data	Teor
PGA501740	12-10-2019	101628471	Maria Manuela da Silva Mendes Cristovão	Alteração e ampliação de habitação unifamiliar e alteração de muro de vedação / Rua de Cima - Alvega - União das Freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	24-06-2020	Deferida licença
PGA416855	01-08-2018	192418211	Dulce Maria Andrade Ferreira da Silva Figueiredo e Silva	Construção de moradia unifamiliar - Rua da Igreja - Martinchel	Despacho	26-06-2020	Aprovado projeto de arquitetura